



**REFERÊNCIA: PROCESSO Nº. 16100352-7. PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

**ASSUNTO NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA PRÉVIA**

**RELATOR – MARCOS COELHO LORETO**

**INSPETORIA REGIONAL DE ARCOVERDE – IRAR**

**UNIDADE JURISDICIONADA- FUNDO DE PRÉVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO-PE**

**EXERCICIO- 2015**

**MARIA APARECIDA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA, Gerente de Previdência Municipal**, devidamente qualificada nos autos do processo em epigrafe, ora representada pelo Procurador que esta subscreve, **JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR, advogado devidamente inscrito na OAB-PE sob o nº 38.738**, cujo documento procuratório será anexado a defesa previa em momento oportuno, instado a tanto *ex vi* notificação para apresentar defesa prévia que parte do Processo em epigrafe, vem, com o devido e costumeiro respeito, á presença de Vossa Excelência, apresentar requerimento para **DILAÇÃO DE PRAZO** o que faz em face das razões seguir delineadas.

No caso em questão não se requer a Dilação do prazo para prolatar tempo, pois todas as documentações necessárias e que comprovam que as irregularidades encontradas não estão na proporção que aduz a referida auditoria já se encontra em posse do Jurídico Municipal.

No entanto, por motivos de transição que estamos passando neste final de governo, a defesa Previa em questão será encaminhada, impreterivelmente no dia 21 de Novembro de 2016.

A requerente, não conseguiu apresentar a defesa Prévia nesta data de 17 de Novembro de 2016, sendo fundamental a Dilação de prazo, por no máximo mais 03 dias.

Certos da compreensão do nobre julgador, entendendo que em momento de transição as atividades dos funcionários municipais se intensificam no sentido de orientar, organizar e transparecer todas as informações a equipe do novo gesto. Atividades que detém tempo e dedicação, agradecemos a compreensão.

**ISTO POSTO**, requer a V. EXa. A Dilação do prazo, para no máximo 03 dias, ou seja que o prazo para apresentar a defesa previa seja prorrogado para o dia 21 de Novembro de 2016, com o intuito de assegurar a assistência da ampla defesa e as informações em sua integra para sanar as irregularidades supostamente encontradas.